

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

UMA RELAÇÃO INTERCULTURAL: ENTRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA PROFESSORA E A INSERÇÃO DAS CRIANÇAS IMIGRANTES NA ESCOLA

Marcel Martins Guarezi¹

Luciane Pandini Simiano²

Eixo temático: Organização e práticas educativas na educação básica

As relações estabelecidas no espaço escolar, principalmente na multiculturalidade existente em seus aspectos culturais, sociais, linguísticos e históricos, proporcionam ao processo educativo uma multiplicidade de interações que ocorrem na escola. Os profissionais da educação, com destaque para a professora, devem estabelecer condições para que as crianças possam, no processo educativo, garantir a promoção de seus aspectos sociais, culturais e históricos. Dessa forma, os direitos garantidos e estabelecidos por leis às crianças devem constituir-se como forma plena e caracterizada pela heterogeneidade cultural presente nos espaços escolares. As práticas pedagógicas devem estar alinhadas e em consonância com a interculturalidade existente no espaço escolar, bem como as ações promovidas pela escola, contemplando todos os sujeitos que fazem parte do processo educacional. Assim, a interculturalidade “emerge no contexto das lutas contra os processos crescentes de exclusão social. Surgem movimentos sociais que reconhecem o sentido e a identidade cultural de cada grupo social” (Fleuri, 2018, p. 37). A professora desempenha um papel fundamental nessas relações entre os sujeitos culturalmente heterogêneos; porém, as ações praticadas em sala de aula muitas vezes encontram dificuldades em estabelecer essas relações entre as crianças e as crianças imigrantes.

Historicamente, o Brasil é formado por imigrantes decorrentes de ondas migratórias: colonial, forçada ou de ocupação, substituição de força de trabalho ou pela receptividade nas

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

² Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul.

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

relações internacionais decorrentes de problemas sociais, políticos e econômicos de outros países, além dos povos originários que habitam o nosso território desde muito antes da chegada dos europeus. Essa formação miscigenada e receptiva, mas muitas vezes xenofóbica e racista, compõem, num território de tamanho continental, uma diversidade que se encontra na interculturalidade e nas trocas dos diversos ambientes sociais, por certo “coloca-se em primeiro plano a importância de conhecer – com a finalidade de orientar a prática pedagógica – os complexos itinerários de formação e produção cultural que percorrem contextos já fortemente miscigenados” (Fleuri, 2018, p. 38). A escola encontra-se nessa promoção da diversidade intercultural, entretanto, as políticas públicas, os currículos, as formações iniciais e continuadas dos profissionais da educação, sobretudo dos professores, esbarram na homogeneização e dominação cultural dos processos educativos.

No processo educativo, a inserção de crianças imigrantes no espaço escolar adquire um posicionamento quanto às garantias das crianças como promotoras históricas e sociais do lugar que ocupam. Dentro dessas relações interculturais, as interações estabelecidas no espaço escolar, no que tange à professora e às crianças imigrantes nos anos iniciais do ensino fundamental, transcendem as questões pedagógicas. Segundo Kramer, Nunes e Cursino (2011, p.71), as crianças no “seu desenvolvimento cultural implica construir a história pessoal no âmbito da história social. Quando interagem, aprendem, formam-se e transformam; como sujeitos ativos, participam e intervêm na realidade; suas ações são maneiras de reelaborar e recriar o mundo”. Muitas vezes, as habilidades da professora como interlocutora do processo educativo não são suficientes para enxergar essas crianças em sua singularidade cultural e histórica. Sua formação inicial não abrange os aspectos interculturais, e a formação continuada não possibilita uma intervenção eficaz para a inserção intercultural na sala de aula. No entanto, outras questões são observadas, como, por exemplo, o condicionamento das questões sociais e econômicas, muitas vezes visíveis e enfrentadas na rotina escolar.

Diante disso, os movimentos migratórios, cada vez mais recorrentes, fazem do Brasil, um país que integra a rota de muitos estrangeiros, sejam latino-americanos, africanos ou oriundos do Oriente Médio, um destino em busca de estabilidade financeira, segurança, saúde



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

e educação, o que resulta na formação de novos horizontes. Segundo o Observatório das Migrações em São Paulo (2024), o estado de Santa Catarina, nos últimos dois anos (2022-2024), recebeu 52.374 imigrantes internacionais registrados no Brasil com Registro Nacional Migratório – RNM). Esses números refletem na população de imigrantes na cidade de Tubarão (SC), município onde essa pesquisa foi realizada. Como objetivo da pesquisa, elencamos o seguinte: identificar como ocorrem as relações entre as professoras e as crianças imigrantes. Para isso, a pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou como metodologia o Paradigma Indiciário, do historiador italiano Carlo Ginzburg. Como métodos, foram utilizados a observação participante, cartas, registros fotográficos, questionários e gravações de voz. A pesquisa foi realizada em uma escola da rede estadual de ensino, localizada no município de Tubarão (SC), que atende crianças e adolescentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Desta maneira, foi eleita uma turma do primeiro ano do Ensino Fundamental, composta por 25 crianças entre 6 e 7 anos, das quais 6 eram de nacionalidade venezuelana. A turma também era composta por uma professora regente. Essa pesquisa foi realizada no âmbito da Pós-Graduação stricto sensu, no Mestrado em Educação, e foi concluída em abril de 2024.

A universalização da educação, garantida na Constituição Federal de 1988, que estabelece o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade para crianças e adolescentes, define as condições nas quais esses sujeitos são inseridos no processo educacional. Dessa forma, no Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Esse acesso universal à educação assegura direitos constituídos a partir da Constituição Federal e consolidados com o Estatuto da Criança e do Adolescente pela Lei nº 8.069/90, independentemente de sua condição social, econômica ou nacionalidade.

Esse acesso à educação abrange processos educacionais desde a Educação Infantil até as etapas seguintes da educação básica. No que diz respeito à infância, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as crianças apresentam singularidades que envolvem ser criança e as obrigatoriedades de um currículo escolar. Assim, "as crianças são cidadãs, pessoas detentoras



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista" (Kramer, 2007, p. 15). As relações entre a aprendizagem e o ser criança no Ensino Fundamental adquirem nuances que devem ser compreendidas e entendidas como parte do processo social e histórico das crianças.

A interculturalidade presente nos ambientes escolares, dentro de uma perspectiva multicultural, que se apresenta como uma forma de construção do espaço que as crianças ocupam, forma uma dimensão plural e de diversidade cultural. Dessa forma, “[...] as vidas de cada um tomam forma em histórias individuais e coletivas, em um movimento fluido entre permanência e diferenças de gênero, geração, cultura, e em novas formas de discriminação, desigualdades e injustiças ligadas a condições de pobreza e marginalidade” (Infantino; Moretti, 2024, p. 109). Essas relações interculturais encontram no ambiente escolar uma multiplicidade étnica, cultural, social, econômica e histórica, que oferece ferramentas para a prática pedagógica além dos currículos homogêneos e culturalmente padronizados.

A dimensão intercultural inserida nos espaços escolares propõe aos professores e professoras uma formação direcionada ao contexto multicultural que abrange as escolas brasileiras. Os desafios surgem, principalmente, na formação docente, devido à diversidade das múltiplas facetas culturais que compõem a sociedade brasileira. O papel do educador nas estruturas educacionais assume um caráter em que “em nível das práticas educacionais, a perspectiva intercultural propõe novas estratégias de relação entre sujeitos e entre grupos diferentes” (Fleuri, 2018, p. 37). As relações interculturais no espaço escolar desafiam a professora a mediar as interações entre as crianças a partir do contexto intercultural presente naquele ambiente. Entre as práticas pedagógicas e a socialização dos diversos sujeitos interculturais, as relações culturais, sociais e históricas se entrelaçam na formação de uma heterogeneidade capaz de facilitar as trocas entre aqueles que compõem o processo educativo. Deste modo, as professoras “apoiam os interesses das crianças e desenvolvem a função de tutoras conscientes das profundas e complexas inter-relações entre as aprendizagens relacionais e as cognitivas/motoras/linguísticas” (Infantino; Moretti, 2024, p. 113).



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Diante desse contexto teórico, a pesquisa realizada no primeiro ano do Ensino Fundamental, com crianças imigrantes e suas relações com a professora, revelou uma postura acolhedora e afetuosa por parte da docente, considerando as questões sociais e econômicas em que muitas dessas crianças se encontram. O convívio diário permite perceber as dificuldades socioeconômicas que as crianças imigrantes geralmente enfrentam. A professora desenvolve a habilidade de reconhecer esses problemas, seja na falta de material escolar, seja nas vestimentas inadequadas para o clima daquele dia de aula. Essa construção da afetividade aproxima as crianças imigrantes, proporcionando um acolhimento maior durante as atividades rotineiras em sala de aula. Esse contato, muitas vezes o primeiro que a criança imigrante tem na escola, possibilita uma troca de carinho entre ambas as partes, o que pode se transformar em laços de segurança naquele ambiente diferente.

No convívio escolar, o envolvimento da professora na inserção das crianças imigrantes assume uma postura que vai além das atividades práticas pedagógicas. A docente intermedeia as relações entre as crianças imigrantes e as demais crianças, além de fomentar a interação entre as próprias crianças imigrantes. As propostas de atividades escolares ou dinâmicas do processo de aprendizagem são coordenadas para que todos possam participar de forma efetiva. A mediação da professora é fundamental para a aproximação entre as crianças, desde a formação dos lugares em sala de aula e a distribuição das atividades até o processo de ensino-aprendizagem, que, para as crianças imigrantes, apresenta uma maior dificuldade devido às questões em que estão envoltas.

Esse processo de inserção das crianças imigrantes no contexto escolar, apesar de toda a relação afetuosa e de carinho construída pela professora, ainda carece de uma formação inicial que abranja os aspectos interculturais. No processo educacional, as questões pedagógicas ainda são homogêneas e vistas como algo a ser uniformizado entre todas as crianças que ocupam aquele espaço. Não apenas na sala de aula, mas em todo o ambiente escolar, a interculturalidade deve aproximar aqueles que estão inseridos em suas diversidades culturais. Essa inserção deve abranger os mais diversos aspectos das crianças imigrantes: a língua materna, a cultura, a história e outros, que muitas vezes são deixados de lado e marginalizados pelo processo escolar.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Por isso, a formação continuada, que também é ausente ou omissa em se tratando de interculturalidade, se apresenta como uma opção para o entendimento das relações culturais.

Para tanto, a professora desenvolve essas habilidades relacionais e oferece todo o acolhimento possível para que as crianças imigrantes possam estar naquele espaço da melhor maneira possível. Entretanto, as questões práticas pedagógicas também devem estar inseridas no processo educacional. A cultura, as experiências e as memórias das crianças imigrantes devem ser consideradas para que as trocas interculturais possam efetivamente fazer parte do processo de aprendizagem. Essas trocas, estabelecidas no ambiente escolar, garantem a interação entre as crianças, baseada em suas próprias construções sociais e históricas. Apesar da experiência docente, as questões interculturais devem ser consideradas parte da prática educativa e reconhecidas como inerentes à criança, que é uma construtora histórica e social. A professora pode, assim, estabelecer e expandir suas habilidades na mediação intercultural.

Diante dessas constatações, percebemos que há uma imensa necessidade e urgência de formação continuada e discussões, não somente para as professoras, mas a todos os envolvidos no processo de aprendizagem das crianças, com temas esclarecedores sobre a educação intercultural e a brincadeira das crianças no Ensino Fundamental. Isso deve ocorrer com o intuito de não se restringir apenas como uma previsão de incluir no planejamento o brincar como passatempo, esperando o sinal para fazer o lanche ou ir para a casa, nem a educação intercultural nos estudos de conteúdos e datas comemorativas que marcam a existência de outras culturas.

Nesse sentido, concluímos que mesmo estando evidente nas relações entre a professora e as crianças imigrantes o acolhimento, o cuidado e o afeto, é necessário propiciar uma prática pedagógica intercultural que potencialize a promoção de formas de convivência na diversidade, em um processo recíproco de enriquecimento da alteridade, de encontro com o outro. Acreditamos que tanto a formação inicial e continuada de professores seja fundamental para esse processo.

Destacamos ainda o papel das políticas públicas que reconheçam os espaços interculturais nas escolas, onde essas crianças têm o direito de aprender, brincar e preservar



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

suas culturas. Esses espaços são ocupados e devem fazer parte do processo educacional de forma efetiva e tolerante. Aprender e ser criança, direitos constitucionais, devem ser prioridades em investimentos educacionais que garantam um acesso amplo e irrestrito, independentemente de sua condição étnica, social ou nacionalidade.

Palavras-chave: professora; criança imigrante; interculturalidade; inserção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://x.gd/RfnSX>. Acesso em: 26 ago. 2024.

FLEURI, R. M. **Educação intercultural e formação de professores**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

INFANTINO, A. MORETTI, L. Infância, intercultural e interclasse nos serviços educativos. *In.*: SANTIAGO, F. GOMES, L. O. CORREIA, M. A. A. (orgs). **Infâncias: política, cidadania e direitos no Brasil e na Itália**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 105-124.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. *In.*: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D; NASCIMENTO, A. R. (org). **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 13-23.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, p. 69-85, jan./abr. 2011.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. **Banco Interativo - Números da imigração internacional para o Brasil, 2000-2024(jan.-mar.)**. Campinas,SP: Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP. Disponível em:<<https://www.nepo.unicamp.br/observatório/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/>>. Acesso em: 24 ago. 2024.

